



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade
Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação
Subsecretaria da Indústria
Coordenação-Geral de Implementação e Fiscalização de Regimes Automotivos
Coordenação da Indústria Automotiva

ATA DE REUNIÃO

16ª REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DOS PROJETOS E PROGRAMAS PRIORITÁRIOS

24 DE FEVEREIRO DE 2021 - 14:00 – 16:00

LOCAL: REUNIÃO VIRTUAL (MICROSOFT TEAMS)

PARTICIPANTES

Presidente do Conselho - Substituto: **Tolio Edeo Ribeiro**

Conselheiros:

Ministério da Economia (ME): **Margarete Maria Gandini**

Ministério da Economia (ME): **Gustavo Duarte Victor (suplente)**

Ministério da Economia (ME): **Ricardo Debiazi Zomer (suplente)**

Ministério da Economia (ME): **Jackline Conca (suplente)**

Secretaria de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações: **Marcos Cesar de Oliveira Pinto**

Secretaria de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações: **Francisco Silveira dos Santos (suplente)**

Secretaria de Estruturas Financeiras e de Projetos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações: **Carlos André Marques**

Secretaria de Estruturas Financeiras e de Projetos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações: **Carlos Tadeu Assumpção de Pinho (suplente)**

Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores: **Antonio Carlos Botelho Megale**

Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores: **Henry Joseph Júnior (suplente)**

Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores: **Gábor Deák**

Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores: **Mauricio Hiroshi Muramoto (suplente)**

Associação Brasileira de Ciências Mecânicas: **Gherhardt Ribatski**

Associação Brasileira de Engenharia Automotiva: **Paulo Carlos Kaminski (suplente)**

Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - ANPROTEC: **Elsó Alberti Junior**

Outros Participantes:

Ministério da Economia (ME): **Franco Bernardes**

Ministério da Economia (ME): **Amarildo Baesso**

EMBRAPII: **José Gordon**

FUNDEP: **Ana Eliza da Cruz Braga**

FUNDEP: **Ana Dourado Campos**

FUNDEP: **Raylson Martins**

DIEESE: **Warley Soares**

Instituições que não tiveram representantes da Reunião:

União Geral dos Trabalhadores - UGT (indicou Warley Soares, do DIEESE, para acompanhar)

PAUTA

1 - ABERTURA DA REUNIÃO

2 - ORDEM DO DIA

2.1. Apresentação do balanço do Programa Prioritário P&D para Mobilidade e Logística, pela Embrapii.

2.2. Apresentação do balanço dos Programas Prioritários Ferramentarias mais Competitivas e Desenvolvimento de Tecnologias em Biocombustíveis, Segurança Veicular e Propulsão Alternativa à Combustão, pela Fundep.

1 - ABERTURA DA REUNIÃO

Após certificação do quórum mínimo, a décima quinta reunião do Conselho Gestor dos Programas Prioritários do Programa Rota 2030 foi aberta pelo Presidente do Conselho Gestor - Substituto, Tólio Edeó Ribeiro.

2 - ORDEM DO DIA

2.1 Apresentação do balanço do Programa Prioritário P&D para Mobilidade e Logística, pela Embrapii

Inicialmente, o representante da Secretaria Executiva do Conselho Gestor Ricardo Debiazi Zomer informou que, nessa parte da reunião, seriam destinados trinta minutos para a apresentação do balanço do Programa Prioritário P&D para Mobilidade e Logística pelos representantes da Embrapii, de acordo com roteiro encaminhado, e, na sequência, mais trinta minutos para que os conselheiros expusessem suas dúvidas e fizessem seus comentários.

Em seguida, a palavra foi passada pelo Senhor Presidente do Conselho Gestor - Substituto ao representante da Embrapii, José Gordon, que, com apoio de uma apresentação (13926425), passou a expor sobre o balanço de um ano de execução do Programa Prioritário P&D para Mobilidade e Logística.

Inicialmente, o representante da Embrapii apresentou a composição do Comitê Executivo do Programa Prioritário e explicou que, durante o primeiro ano de execução, foram realizadas quatro reuniões, sendo uma para a aprovação de estatuto, outra para aprovação dos indicadores de acompanhamento, outra para aprovação das atividades com pequenas empresas e startups e uma última para a apresentação de resultados.

No que se refere à captação de recursos, esclareceu o representante da Embrapii que, durante o primeiro ano de execução, foram captados aproximadamente 71 milhões de reais, 31 milhões de reais excedentes ao autorizado para o período, portanto. Esclareceu, ainda, que a aplicação desses recursos geraram aproximadamente 1,2 milhões de reais de rendimentos. Por fim, explicou que foram feitos 553 aportes por 49 empresas habilitadas.

Passando para a execução propriamente dita, o representante da Embrapii explicou que, no primeiro ano de execução do Programa, foram contratados 27 projetos, que já estão em execução. Esclareceu, também, que, dentre os projetos do tipo três, voltados para pequenas empresas, foram selecionadas até o momento duas empresas e que pretendem ampliar esse número no futuro. Explicou, ainda, que a maioria dos projetos está direcionada para produtos, cerca de 70%, seguidos por projetos voltados à melhoria de processos, cerca de 11%, e relativos a produtos e processos, cerca de 19%.

Quanto às chamadas para credenciamento de novas unidades, explicou que foram apresentadas 13 candidaturas, sendo 4 delas selecionadas. A expectativa é que essas novas unidades Embrapii contratem um total de 36 projetos em três anos, envolvendo cerca de 27 milhões de reais. Esclareceu, também, que o resultado do processo não foi tão positivo quanto esperado, uma vez que a meta era selecionar 5 unidades Embrapii e foi possível selecionar apenas 4, pois poucas instituições possuem as qualificações requeridas, como experiência de execução de projetos de P,D&I no setor com empresas. Explicou que não poderia explicitar quais foram as selecionadas porque elas ainda não foram informadas e que, assim que tiverem o resultado final, previsto para 19 de março, a Secretaria Executiva do Conselho Gestor será informada

Em relação à divulgação, expôs o representante da Embrapii que a Instituição possui várias estratégias, sendo uma delas o chamado Embrapii-Day, com 16 eventos realizados no período, por meio do qual são difundidas informações sobre o Programa para empresas do setor. Enfatizou o representante da Embrapii que o Sindipeças tem sido um grande parceiro nessa estratégia, assim como ANPEI e ABRAL e BASF, e explicou que outros eventos, que têm ocorrido de forma remota, estão previstos para breve. Mencionou, ainda, que foram realizados três webinars em parceria com Sindipeças, AEA, Abipeças, FIEP e Abimaq. Explicou, também, que a Embrapii tem trabalhado para pautar a grande mídia, tendo conseguido a publicação de 90 matérias e dois artigos institucionais sobre o Programa. Por fim, afirmou que outra estratégia tem sido o uso das redes sociais da Instituição para divulgar informações de interesse do Programa, assim como e-mail marketing, vídeos institucionais e folders.

Dentre os projetos mais emblemáticos no âmbito do Programa, o representante da Embrapii elencou alguns envolvendo a unidade Cimatec, a unidade ISI, a unidade IPT, a unidade FEMEC, a unidade CPqD, a unidade Inatel, a unidade LACTEC, a unidade Eldorado e a unidade IF-SC. Informou que têm também alguns projetos ainda em negociação com startups.

Sobre a auditoria independente, a ser realizada sobre o primeiro ano de execução, explicou que ainda estão em fase de contratação, para o que estão buscando maiores detalhamentos com a equipe do Rota 2030 no Ministério da Economia, junto das demais instituições coordenadoras.

Quanto ao excedente de captação, afirmou que não houve excedente em 2020, mas apenas em 2019, que foi em torno de 1,8 milhões de reais por causa da transferência do saldo dos depósitos de consignação em pagamento (extrajudiciais) pelo Ministério da Economia, e que tem uma percepção de que o Programa Rota 2030 provocou um olhar para a questão da inovação no setor, o que deve gerar bons frutos em breve.

Por fim, informou que estão sendo solicitadas modificações no Programa junto ao Conselho Gestor, para que o programa possa funcionar de forma mais adequada.

Concluída a apresentação, o Presidente do Conselho Gestor - Substituto passou a palavra aos conselheiros para comentários e questionamentos. O primeiro a se manifestar foi o conselheiro Maurício Muramoto, representante do Sindipeças, que solicitou que fossem melhor explicados os motivos de não terem tantas instituições interessadas nas chamadas para credenciamento de novas unidades. O representante da Embrapii

explicou, então, que o problema é que as instituições não possuem as qualificações demandadas, especialmente experiência no setor automotivo, o que demonstra como o Programa Rota 2030 é inovador nesse aspecto. Isso aponta, também, segundo o representante da Embrapii, que a Instituição Coordenadora terá que pensar em novos critérios para próximas seleções.

Em seguida, o conselheiro Antonio Megale, representante da Anfavea, ponderou se o problema não estaria no fato de os projetos da Embrapii serem horizontais, abertos para todos, e que, talvez, muitas empresas que aportam recursos gostariam de ter um controle maior sobre os resultados. Como resposta, o representante da Embrapii explicou que, de fato, os projetos são horizontais, para promover o fortalecimento das cadeias produtivas, mas não são abertos para que todos tenham acesso aos resultados e sim apenas para os participantes do projeto, ou seja, a propriedade intelectual não é necessariamente aberta. O representante da Secretaria Executiva do Conselho Gestor Ricardo Zomer complementou que, nas discussões sobre o Programa Rota 2030, decidiu-se por favorecer a questão da horizontalidade, mas em relação ao envolvimento de cadeias produtivas e não referente a propriedade intelectual aberta. Lembrou, ainda, que, no início, até se pensou nisso, mas a ideia foi abandonada, tendo sido acordado, por fim, que os direitos sobre os resultados e propriedade intelectual devem sempre ser negociados contratualmente entre os participantes dos projetos. O representante da Anfavea sugeriu, então, que se deixe isso bem claro para as empresas do setor porque pode estar ocorrendo de muitas não terem clareza a respeito e, por isso, não estarem participando. Com base nessa sugestão, o representante de Embrapii solicitou o apoio da Anfavea para fazer tal divulgação, o que contou com a concordância do representante daquela Instituição no Conselho Gestor.

Na sequência, o Conselheiro Elso Alberti, representante da Anprotec, informou que, em balanço recente, ficou evidente que a Embrapii retém 5% dos recursos a título de taxa de administração e endereça até 15% do valor do projeto para sua gestora, que é também uma unidade Embrapii. A respeito, o representante da Embrapii explicou que está correto, mas que os 15% para as gestoras de projeto não saem dos recursos captados pelo Programa Rota 2030, mas é aportado da parte de alavancagem das empresas. Esclareceu, ainda, que, com isso, a própria empresa ajuda a verificar a qualidade e o custo do projeto a ser selecionado.

O representante da Secretaria Executiva do Conselho Gestor Ricardo Zomer solicitou que o representante da Embrapii explicasse quais são as ferramentas de transparência no âmbito do Programa Prioritário para a sociedade. O representante da Embrapii explicou que, além das ferramentas já explicitadas, tem uma área específica no site da Embrapii sobre o Programa Prioritário e relatórios enviados ao Ministério da Economia. O representante da Secretaria executiva do Conselho Gestor pediu, então, que o representante da Embrapii explicasse as demandas que a Instituição encaminhou ao Conselho Gestor recentemente e que deverão ser tratadas na próxima reunião. A respeito, o representante da Embrapii esclareceu que a Instituição Coordenadora está procurando trabalhar com a estrutura de Redes de Unidades Embrapii, como forma de ampliar a realização de projetos mais interativos e que promovam a eficácia do Programa. Além disso, têm interesse em aumentar o relacionamento de empresas com o desenvolvimento de tecnologia por meio de projetos associativos que envolvam várias empresas, o que já ocorre em outros países, em sistema denominado *membership*. No âmbito do Rota, têm a intenção de lançar a primeira rede na temática de mobilidade elétrica, de forma a gerar competências onde ainda faltam e promover uma atuação mais integrada entre Unidades Embrapii e empresas. Explicou, por fim, que serão criados comitês específicos em cada rede, para a governança e o acompanhamento. Outra mudança, segundo o representante da Embrapii, é para melhorar a redação do Acordo de Cooperação Técnica que não ficou devidamente adequada no Acordo original à forma como a Embrapii trabalha, especialmente em relação a pequenas empresas, que, da forma que está, são prejudicadas; e mais detalhes sobre a atuação da Embrapii com o apoio aos projetos de startups, que terão suporte até TRL mais altos e, ao lançarem o produto no mercado, terão apoio financeiro da Embrapii. Essa metodologia já é utilizada em outros países, que apoiam o ciclo completo da inovação da startup. Caso o projeto dê certo, ela devolve o valor investido pela Embrapii. Porém, poderão não ter que reembolsar os recursos nos casos em que os projetos não sejam bem sucedidos no mercado. Com base nas informações, o representante da Secretaria Executiva do Conselho Gestor afirmou que a solicitação será analisada tecnicamente em breve e levada para apreciação do Conselho Gestor.

Por fim, o conselheiro Gabor Deak, do Sindipeças, perguntou se há algum projeto sobre condução autônoma e conectividade no âmbito do Programa Prioritário. O representante da Embrapii esclareceu que há projetos apoiados pela Embrapii nessas áreas, mas fora do Rota 2030, e que encaminhará as informações ao Sindipeças oportunamente. A conselheira Margarete Gandini, do Ministério da Economia, solicitou que a

Embrapii avalie a possibilidade de incluir essa linha de ação também no Programa Prioritário, com o que concordou o representante da Instituição, que explicou que, com as alterações almeçadas no Acordo de Cooperação Técnica, isso se tornará possível.

Foi então solicitado que o representante da Embrapii deixasse a reunião, para a apresentação sobre os programas prioritários da Fundep.

2.2 Apresentação do balanço dos programas prioritários Ferramentarias mais Competitivas e Desenvolvimento de Tecnologias em Biocombustíveis, Segurança Veicular e Propulsão Alternativa à Combustão, pela Fundep.

Após as explicações do representante da Secretaria Executiva do Conselho Gestor sobre a dinâmica da apresentação, a palavra foi franqueada aos representantes da Fundep Ana Eliza da Cruz Braga, Ana Dourado Campos e Raylson Martins.

A representante da Fundep Ana Eliza da Cruz Braga, com apoio de uma apresentação (13926474) passou a expor sobre os resultados alcançados pelos programas prioritários coordenados pela Instituição. Enfatizou, inicialmente, que as coordenações técnicas das duas linhas, sendo o IPT da linha IV e Unicamp, FEI e Universidade Estadual do Ceará da linha V, são muito participativas na execução dos programas prioritários. Em seguida, enfatizou os objetivos e os modelos de governança dos dois programas prioritários, conforme previstos nos acordos de cooperação técnica. Na sequência, apresentou a composição dos conselhos consultivos e explicou que as reuniões são trimestrais, tendo sido feitas quatro reuniões de cada conselho até o momento. Explicou, também, que foram gerados dois relatórios sobre a execução dos programas, que estão expostos na página da Fundep na internet. O representante da Secretaria Executiva do Conselho Gestor Amarildo Baesso esclareceu que os relatórios e o link para acesso na internet foram repassados aos conselheiros recentemente.

Em relação à captação, informou que, na linha IV, a Fundep captou, até outubro de 2020, aproximadamente 64 milhões de reais. Enquanto na linha V a captação média mensal fica em torno de 3 milhões de reais, na linha V, essa média é de aproximadamente 5 milhões de reais.

Quanto à aplicação financeira, os rendimentos da linha IV foram aproximadamente 282 mil reais até outubro de 2020. No entanto, devido à provocação do Conselho Gestor, foi feita uma repactuação com o Banco do Brasil e aumentada a taxa de juros, motivo pelo qual os rendimentos saltaram para aproximadamente 447 mil reais até fevereiro de 2021, acumuladamente. No que se refere à linha V, os rendimentos até outubro de 2020 foram de aproximadamente 392 mil reais e saltaram para aproximadamente 636 mil reais até fevereiro de 2021, acumuladamente, com a renegociação da taxa de juros.

Sobre a execução, explicou a representante da Fundep que a linha IV trabalha com seis eixos: projeto ferramental, processos de fabricação, cadeia 4.0, certificação, formação e empreendedorismo. Explicou, ainda, que foram realizados 3 workshops para mapeamento de demanda, uma pesquisa online, uma consulta pública e 17 participações em eventos de instituições parceiras. Foram envolvidas 100 empresas e 30 icts, somando um total de aproximadamente 500 participantes. Além disso, é utilizada para divulgação a plataforma de conexão Conecta Rota, criada especificamente para os programas prioritários. No que se refere à execução propriamente dita, foram aprovados 9 projetos de PD&I, que, juntos, totalizam aproximadamente 29 milhões de reais de aporte de recursos captados pela Fundep no âmbito do Rota 2030 e 29 milhões de reais de contrapartida. Foram realizadas 4 chamadas públicas, tendo sido apresentadas 37 propostas, das quais 9 projetos foram selecionados, estando 6 em andamento e 3 em processo de contratação. Foram 18 icts e 67 empresas envolvidas no processo de seleção. O acompanhamento da evolução física e financeira dos projetos pode ser realizado pela internet na página da Fundep. A representante explicou que a apresentação tem uma planilha com detalhamento dos projetos, que podem ser analisados posteriormente pelos conselheiros.

No caso da linha V, a representante da Fundep Ana Dourado explicou que são 4 eixos de execução: bioeletrificação, eficiência energética, redução de emissões e segurança veicular. Esclareceu, ainda, que, durante o primeiro ano de execução do programa, foram realizados 2 workshops, 2 pesquisas online, 2 consultas públicas e 17 participações em eventos de entidades parceiras, tendo participado 100 empresas e 30 ICTs, envolvendo em torno de 500 participantes. Assim como na linha IV, há esforços de conectar empresas e

ICTs por meio de ferramentas de comunicação, como o Conecta Rota. Foram realizadas 2 chamadas, tendo sido apresentadas 57 propostas, das quais 23 foram selecionadas, estando 13 em andamento e 10 em processo de contratação, envolvendo um total de 36 milhões de reais de aportes de recursos captados pela Fundep no âmbito do Rota 2030 e aproximadamente 79 milhões de reais de contrapartida. No processo de seleção, foram envolvidas 30 empresas e 29 ICTs. Ressaltou a representante da Fundep que alguns projetos reprovados na primeira chamada foram reapresentados e aprovados na segunda, em virtude de terem sido sanadas as pendências identificadas previamente. Explicou, ainda, que tem uma chamada em aberto na área de formação, tendo sido apresentados até o momento 28 projetos. O resultado deve sair no dia 19 de março de 2021. A ideia é fazer cursos de curta duração nesse ano e cursos de média duração no próximo ano.

Sobre a captação excedente, a representante da Fundep Ana Eliza Cruz explicou que o total foi de 23 milhões no primeiro ano para a linha IV, valor este que está bloqueado aguardando o cumprimento da meta de 70% dos recursos já autorizados para o primeiro ano em contratação, o que está muito próximo. No caso da linha V, a captação excedente foi de 50,5 milhões de reais. No caso da linha V, falta assinar apenas dois contratos para atingir o mínimo exigido em contratações com recursos autorizados para o primeiro ano de execução.

A representante da Fundep explicou, também, que o formato de execução apresentou alguns desafios, como o fato de a Coordenadora não poder fazer gestão de projetos, o fato de as regras estarem sendo construídas paralelamente à execução e, por fim, a saída de empresas do Brasil, como é o caso da Ford, que teve maior impacto. Na opinião da representante, até o momento o mais positivo foi a interação da academia com a indústria e o fomento nesse momento de crise econômica e de pandemia. Propôs, por fim, que seja avaliada a possibilidade de se criar uma agenda mais perene do Conselho Gestor com as instituições coordenadoras.

Em seguida, a palavra foi franqueada aos conselheiros para perguntas e comentários. O primeiro conselheiro a se manifestar foi Carlos Matos, do MCTI, que solicitou que fossem dados exemplos de dificuldades criadas pelo fato de a regulamentação da execução do Programa estar ocorrendo paralelamente à execução. Em resposta, a representante da Fundep Ana Eliza Cruz explicou que uma dessas questões foi a impossibilidade de a Fundep fazer gestão de projetos. Isso impactou porque já havia projetos com essas características em processo de contratação. Explicou que outro ponto foi a regulamentação da participação de ICTs estrangeiras, o que somente ficou claro em novembro de 2020, com a publicação da Resolução nº 3. Outro ponto foi a demora no detalhamento dos critérios para a realização das auditorias externas. O conselheiro questionou se isso impactou em tempo, sendo que a resposta foi positiva, em especial sobre a linha V. Explicou a representante da Fundep que, no ano passado, a Instituição pediu autorização para utilização da captação excedente, mas foi impedida porque a consultoria jurídica do Ministério da Economia não aceitou os instrumentos de contratação apresentados.

O representante da Fundep Raylson Martins acresceu que alguns conceitos não estão muito claros, o que dificulta o entendimento. Exemplificou com o entendimento sobre comprometimento de recursos, pois entendiam que, finalizada a seleção dos projetos, estaria cumprida a condicionalidade, o que não foi o entendimento do Conselho Gestor. Sobre o tema, o representante da Secretaria Executiva do Conselho Gestor Ricardo Zomer explicou que a interpretação está no próprio Acordo de Cooperação Técnica e na Portaria nº 86, que regulamenta o Programa, nesse caso, não dependendo de apreciação do Conselho Gestor.

Em seguida, o Conselheiro Elso Alberti, da Anprotec, sugeriu que, quando forem solicitar o uso do excedente, informem qual será o tempo para a execução propriamente dita desse novo recurso autorizado. Solicitou, ainda, que sejam informados quantos projetos foram apresentados por parques tecnológicos e quantos foram aprovados. Por fim, questionou sobre como os coordenadores técnicos participam do processo de seleção de projetos, uma vez que alguns são executores de projetos, o que poderia implicar em conflito de interesses. A representante da Fundep Ana Dourado explicou que são tomados cuidados para não haver conflito de interesses. No entanto, é papel das coordenadoras participar de processos de seleção, o que demanda muitos cuidados para não haver conflito de interesses. Quanto aos parques tecnológicos, a representante Ana Eliza Cruz esclareceu que não houve participação direta, mas um parque tecnológico acabou participando de uma proposta em parceria com uma universidade.

Na sequência, o conselheiro Antonio Megale, da Anfavea, pediu para que fossem disponibilizadas as apresentações, o que contou com o apoio imediato do Presidente do Conselho, dos representantes da Fundep e da Secretaria Executiva do Conselho Gestor.

O representante da Secretaria Executiva do Conselho Gestor Ricardo Zomer requereu, então, uma explicação mais detalhada sobre os baixos rendimentos da aplicação dos recursos captados no primeiro ano de execução, considerando que a Portaria nº 86 estabelece regras para essa finalidade. A representante Ana Eliza Cruz explicou que a assessoria financeira da Fundep entende que as aplicações seguiram as regras da Portaria, mas, ainda assim, resolveram buscar uma taxa mais adequada. Colocou-se, ainda, à disposição para prestar novos esclarecimentos, sobre o que explicou o representante da Secretaria Executiva do Conselho Gestor não ser necessário, uma vez que as auditorias independentes farão isso em breve.

Foi então solicitado que os representantes FUNDEP deixassem a reunião e, em seguida, o Presidente Substituto do Conselho Gestor encerrou a reunião.

ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamento, por parte da Secretaria Executiva, das apresentações realizadas pela EMBRAPPII e pela FUNDEP aos Conselheiros.

PRÓXIMA REUNIÃO

Não foi agendada a próxima reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Gherhardt Ribatski, Usuário Externo**, em 15/04/2021, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Hiroshi Muramoto, Usuário Externo**, em 16/04/2021, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **HENRY JOSEPH JUNIOR, Usuário Externo**, em 19/04/2021, às 18:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabor Janos Deak, Usuário Externo**, em 22/04/2021, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Debiazi Zomer, Coordenador(a)**, em 23/04/2021, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Els0 Alberti Junior, Usuário Externo**, em 18/06/2021, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Duarte VICTER, Coordenador(a)**, em 12/08/2021, às 09:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13904144** e o código CRC **BA5D9654**.

